

2.

Território, lugar e escala: à guisa de uma orientação teórica

Entretanto, todas as discussões desenvolvidas neste texto emergem a partir de um mesmo ponto: a profunda desigualdade socioeconômica brasileira, persistente nas mais diversas escalas da vida social. Este tema, já bastante esmiuçado por diversos estudiosos, dá início a este segundo capítulo de nosso trabalho, sendo tratado de maneira bastante sintética. Esta escolha se deve ao entendimento de que seria incoerente desenvolvermos nossa temática sem prepararmos um “chão” devidamente seguro.

Segundo Martins (1997), o sistema capitalista está baseado no princípio básico da exclusão, em que todos nós “em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos.” Logo, “*a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.” (p. 32. grifos do autor). Está em curso, portanto, um “novo” modo de vida, o modo de vida do excluído, marcado por uma exclusão, que se transforma em inclusão forçada, que segundo Fontes (1997. p. 37/38) é

Historicamente constituída e perpetuada – a impossibilidade de assegurar a subsistência –, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo [de inclusão forçada]. Essa inclusão forçada assegurava a própria sobrevivência do sistema ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária a sua existência.

Fontes (1997) identifica uma alteração no processo de desenvolvimento capitalista, que deixaria de “calcar-se numa lógica expansionista, includente e universalizante, ainda que de cunho profundamente desigualitário” e passando para um processo de “crescimento *direcionado, restritivo, limitado, excludente e particularizante*.” (p. 43/44. grifos da autora). A população que se encontra excluída deste processo (desempregados, trabalhadores informais, não assalariados, jovens que chegam ao mercado de trabalho) são marginalizados pela lógica capitalista, e esse “*período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão*

[forçada] *está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório.*⁵” (MARTINS. 1997. p. 33. grifos do autor).

Esta reinclusão (forçada), segundo Martins, ocorre apenas no plano econômico: “a pessoa não se reintegra numa sociabilidade ‘normal’. A reintegração não se dá sem deformações no plano moral” (1997. p. 33), em que, em muitos casos, as pessoas se sujeitam a executar tarefas ilegais como meio de garantir a sua sobrevivência e a de sua família. A situação a que assistimos hoje, de uma exclusão para uma seguida inclusão precária (forçada), nos planos econômicos e sociais, “cria uma sociedade paralela [e/ou transversal] que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político.” (MARTINS, 1997. p. 34). Nas favelas cariocas, este caso parece indicar uma valiosa pista para a maciça inserção de jovens no tráfico de drogas, mas outras atividades também ganham relevo, como os motos-taxista que circulam, muitas vezes, sem a carteira de habilitação, ou, ainda, os chamados “gateiros” que recebem alguns trocados por fazerem os “gatos” de luz, dos sinais de TV a cabo, de telefone.

Salta aos olhos, portanto, a incrível desigualdade econômico-social atingida pelo Brasil e pelo Rio de Janeiro, em particular, em que grandes contingentes populacionais excluídos, sofrendo com a precarização das condições sociais e a precarização territorial, tendo desestabilizado suas possibilidades de mobilidade (social e espacial), convivem diariamente lado a lado com indivíduos em crescente acesso a bens e dotados de uma extrema mobilidade.

Com base no que já apresentamos até este momento, esperamos ter demonstrado ao leitor a grande relevância de nossa temática para a compreensão da dinâmica social. Deste modo, daremos início à uma parte mais teórica de nosso trabalho, apresentando os conceitos tidos como mais relevantes para a nossa pesquisa. Não é de somenos relevância afirmar que estes conceitos têm de ser, e são, encarados de maneira simultânea, conjunta, pois sua disjunção resultaria numa compreensão apenas parcial, incompleta do fenômeno geográfico sobre o qual estamos debruçados.

⁵ Não podemos esquecer que a economia, orientada pelos setores de alta tecnologia e poupadores de força de trabalho, estão em estreita consonância com a fragilização do “Estado providência” ou do bem-estar social, atuando sob a égide da privatização e da globalização neoliberal.

2.1.

Território e lugar: com que matrizes conceituais estamos lidando?

Primeiramente ao observamos o território, estamos baseados em Haesbaert (2002. p. 25), quando ele afirma que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado”, ou ainda que

Tendo como pano de fundo esta noção ‘híbrida’ [concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, enfim longe de uma visão ‘unidimensional’ espaço geográfico] (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2006. p. 79)

Sendo assim, estamos mediante a um complexo mosaico espacial em que se articulam diferentes peças componentes de uma macroestrutura social. Dessa forma, concordamos com Souza (2006a. p. 81), quando assevera que

A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez mais privilegiado). No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., a rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Cumpramos apresentarmos a nossa visão de territorialidade. Primeiramente a territorialidade se caracteriza, nos dizeres de Haesbaert (2006), pela maior atribuição ao território do aspecto simbólico, tornando a dimensão simbólica ou cultural inerente à construção do território. No território são, então, inscritos cargas com alto teor significativo, tornando-o uma representação peculiar de símbolos e signos que lhe conferem a sua dimensão concebida, percebida e vivida.

A territorialidade assume não apenas uma dimensão simbólica, mas também deve ser apreendida enquanto uma “powerful geographic strategy to control people

and things by controlling area.” (SACK, 1986. p. 5), em que os detentores do território fazem dialogar formas de controle com recursos de vigilância, tornando a territorialidade “a primary geographical expression of social power.” (SACK, 1986. p. 5). É justamente a territorialidade que expressa com clareza uma sólida interação entre a sociedade e o espaço dominado.

Sack (1986), aprofundando sua análise, afirma que a territorialidade pode ser definida como “*the attempt by any individual or group to affect, influence, or control people, phenomena and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory.*” (p. 19. grifos do autor). Esta definição nos é bastante cara, pois torna coerente nosso entendimento acerca do desenvolvimento da vida nos diversos espaços regidos, de alguma forma, pela norma do controle, seja nas instituições totais, nas favelas ou nos condomínios exclusivos.

Aos jovens internos e aos presos adultos são destinados determinados espaços em que devem, obrigatoriamente, permanecer e conviver. Os dormitórios, celas, o refeitório e os locais de lazer e de estudo (quadras, áreas de livre circulação, sala de aula) são os principais exemplos destes locais. Quando eles se estabelecem nestes espaços estão se debruçando sobre locais já territorializados, ou seja, locais em que já estão inscritos os símbolos e as normas de controle. São territórios que já foram imbricados pelo conflito de poder entre o dominante e o dominado, em suma, são territórios permanentemente disputados pelas diferentes forças de poder, tornando-se espaços de confrontação sobre e justapostos. Com isso acreditamos estar diante de territorialidades flutuantes, móveis, e, obviamente, relacionalmente conflitantes, pois as territorialidades são basicamente distintas, concernentes às facções rivais, fato que torna, por exemplo, o dormitório regido por normas e símbolos de uma facção durante um período de tempo impreciso, segundo as determinações da direção da unidade. Neste sentido, a organização territorial da unidade pode ser concebida como um “labirinto do poder”, em que os diversos espaços são, pela população reclusa, experimentados e de onde eles devem extrair os meios para a sua sobrevivência social, em outras palavras, devem obter as informações para uma boa conduta social. Desta forma é possível perceber que os territórios encontrados são fonte de uma realidade que lhes é estranha e que dificilmente oferecerão meios a alguma medida

alternativa de socialização. Eles terão que compulsoriamente estabelecer-se e adequar-se ao mundo relacional que se apresenta, ou melhor, que se impõe e “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão.” (HAESBAERT, 2006. p. 82).

Portanto,

Território, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades), podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2006a. p. 87 grifos do autor)

O território das unidades é o campo em que o poder institucional faz agir sobre os corpos e mentes dos indivíduos as premissas do *modus vivendi* de nossa sociedade. Regras disciplinares, de comportamento, de higiene são difundidas na tentativa de “re-socializar” o indivíduo considerado inadequado a viver em comunidade. No entanto, pelos meandros do território “institucional” são propagados valores e idéias “não-oficiais”, que o poder instituído não tem controle e que, muitas vezes, acaba por resultar num embate político. Assim a conduta dos indivíduos internos, assim como da equipe dirigente, não deve apenas respeitar os preceitos da ordem oficial, mas também as premissas informais já estabelecidas e que, dentro dos muros das unidades, são tão ou mais importantes quanto às regras institucionais. Quando Souza (2006a. p. 86) nos mostra que “território será [e, de fato é] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (grifos do autor)”, percebemos que os valores e as significações atribuídas, que são concretamente sentidos, invadem todos os recantos e cooptam todos os membros da unidade, desde membros rivais até os próprios funcionários, fazendo com que todos os territórios construídos sejam reveladores do controle político, oficial ou não, exercido.

Portanto, o que queremos demonstrar é que o diálogo entre as unidades, interno, e a ordem social, externa, tendo como veículo difusor o território não ocorre sempre de maneira sintonizada. As diversas relações de poder, nas dimensões concretas e imateriais, que se estabelecem são, majoritariamente, conflitantes. Desta forma, compartilhamos a posição de Haesbaert (2006, p. 93), ao afirmar que

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Acreditamos que o território aqui considerado não pode limitar-se a uma leitura de cunho material, devendo também incluir seu caráter simbólico, construído a partir do imaginário do jovem e que dota o território de uma espécie de “vestimenta” de significações, de valores. A noção de território não pode menosprezar a dimensão simbólica, pois estará destinada a compreender apenas uma parte dos complexos esquemas dos laços entre espaço e poder (HAESBAERT, 2006). Prosseguindo com essa posição, Haesbaert (2006, p. 93) nos mostra que

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e ‘objetificado’. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Com relação ao caráter simbólico é importante frisar o posicionamento de Sack, que enxerga o território não apenas como instrumento de poder, valorizando sua dimensão simbólica. Assim, “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo [em nosso caso, mais especificamente, o mundo dos espaços de reclusão] e o dotamos de significado.” (SACK, 1986, p. 219 *apud* HAESBAERT, 2006, p. 90). Os jovens internados ao atribuírem seus símbolos e signos aos espaços estão tornando visíveis a toda a sociedade sua territorialização, estão, de fato, no curso da identidade territorial

explícita, ordenando e se apropriando de todos os recursos que aquela territorialidade pode oferecer. É neste sentido que Haesbaert (2006, p. 94) nos fala que

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem [...], e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [...]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Portanto, levando em consideração a forte presença do tráfico de drogas na dinâmica das unidades, podemos afirmar que as territorialidades criadas são diretamente interligadas com o poder do narcotráfico. De fato, há uma entidade, que toma corpo nos jovens, que se territorializa nas unidades, ganhando a cada dia mais presença e magnitude dentro dos muros, sendo possível afirmar a coexistência, de um lado, do poder instituído, e em ambos os lados do “poder – do narcotráfico – paralelo”, em outras palavras é como se a ordem das autoridades ficasse restrita aos limites das unidades e a ordem do tráfico fosse capaz de sobrepujar as fronteiras institucionais demarcadas.

Souza (1995; 2006a) discorreu amplamente sobre a territorialização do narcotráfico no Rio de Janeiro. Tendo em vista os objetivos deste trabalho é importante ressaltar que

No caso do tráfico de drogas, territórios-enclave (favelas) acham-se disseminados pelo tecido urbano, com territórios amigos (pertencentes à mesma organização [...]) dispersos e separados pelo ‘asfalto’ [...]. A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é, assim, uma rede⁶ complexa, unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que, no espaço concreto, esses nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência econômica [...], formando uma malha significativamente complexa. (SOUZA, 2006a, p. 91/92)

Prosseguindo em sua análise Souza (2006a, p. 93) demonstra que “o processo de constituição de redes de organizações criminosas no Rio de Janeiro (por exemplo) remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o *território* em sentido usual (que pressupõe contigüidade espacial) e a *rede* (onde não há

⁶ Para uma boa explanação acerca de território e rede ou território-rede, ver Haesbaert (2006).

contigüidade espacial [...]”. Na visão do autor seria o chamado “*território descontínuo*”. Assim,

Com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), *configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos*, bastante distintos da territorialização dominante da chamada modernidade clássica. (HAESBAERT, 2006. p. 281, grifo nosso)

Acreditamos, juntamente com Haesbaert (2006. p. 281), que “se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui.” Desta forma, “utilizamos o termo [rede] para enfatizar o papel das redes em processos (re)territorializadores, ou seja, na construção de territórios em seu sentido de controle ou domínio material e/ou apropriação simbólica.” (HAESBAERT, 2006. p. 294). Portanto os territórios das unidades, imbricados de significados e valores difundidos pela ordem do narcotráfico, estão em constante movimento, pois quem os constroem não são sujeitos fixados no espaço, mas corpos que transitam com bastante frequência, dada a variedade de duração da permanência dos jovens nas unidades.

É fundamental neste momento nos dedicarmos a uma rápida explanação sobre a formação das facções criminosas na cidade do Rio de Janeiro.

Em trabalhos realizados alhures (VASCONCELOS, 2006; 2007a; 2007b) nos detivemos no exame das espacialidades e territorialidades desenvolvidas por jovens infratores nas unidades de internação da cidade do Rio de Janeiro, tornando, então, estes espaços disciplinares nossos exemplos empíricos mais apropriados para a nossa presente proposta de estudo. Quando observamos as unidades prisionais cariocas é inevitável à observação acerca das facções criminosas que comandam grande parte das favelas e que são, também, bastante influentes dentro dessas mesmas unidades⁷.

⁷ Contudo não podemos observar os jovens internos e os presos adultos de maneira homogênea. A grande diversidade de atos infracionais e de crimes possibilita que uma vasta variedade de indivíduos viva em situação infracional ou criminosa.

Ao que tudo indica, a atual realidade da metrópole do Rio de Janeiro é resultado de um longo processo histórico de incompetência administrativa por parte do poder público. Recuando um pouco no tempo, Fernandes (2007), assim como Souza (1995), associam a proliferação de atos criminosos com a eleição de Leonel Brizola para o governo do estado em 1982. Ele caracterizou a sua política de segurança pública pelo aspecto de humanização das forças policiais, que deveriam, sobretudo, respeitar os direitos humanos, especialmente nas favelas, onde “com o objetivo de se evitar a prática de arbitrariedades por parte dos policiais contra a população favelada, diminuiu-se bastante a margem de liberdade para incursões das forças de ordem em favelas.” (SOUZA, 1995. p. 167). A política brizolista dessa forma se colocava em oposição ao Regime Militar que, se por um lado intensificou a concentração de renda e minimizou a possibilidade de ascensão social dos pobres, por outro lado acentuou o caráter repressivo e violento da polícia (FERNANDES, 2007). O grave quadro, vivenciado hoje, vinte e sete anos após, parece revelar o fracasso destas iniciativas, assim como revela a interferência deste cenário no cotidiano da população como um todo e das mais diferentes formas, assinalando sensíveis requalificações do indivíduo, que replaneja o seu modo de ser, o seu modo de agir em função do alto grau de terror atingido pela violência. Ainda que não concordemos que a atual política pública de segurança, calcada nos constantes enfrentamentos armados entre policiais e bandidos, é evidente que a posição brizolista não fez mais do que apenas intensificar a participação da população infantil em atos criminosos. Particularmente os jovens têm importante participação neste certame, pois, uma vez inseridos no jogo do crime, dificilmente conseguirão postular uma diferente sentença às suas vidas, que não a detenção ou a morte. O autor supracitado (2007. p. 4), afirma ainda, corroborando nossa posição que

Chama a atenção, neste novo cenário, a participação de crianças, adolescentes e jovens pobres em atividades criminosas, em particular o tráfico de drogas. Estudiosos como Zaluar (1994, 1998, 2004), Dowdney (2001), Cruz Neto *et alli* (2002) e Urani & Silva (2001) revelam este quadro com a triste constatação de que o tráfico vem preenchendo uma lacuna que antes era ocupada pelo estado, pela família e pelas organizações vicinais (ZALUAR, 2004). O desdobramento crítico dessa situação tem sido a morte violenta, especialmente por arma de fogo, seja em confrontos com a polícia ou com outros grupos rivais.

Evidentemente estes jovens, quando inseridos na vida criminosa, passam a atuar como agentes da violência, cumprindo as ordens dos líderes traficantes e, muitas vezes, tornando os moradores da favela reféns da violência.

Desta forma, as unidades prisionais e as unidades de internação, resguardadas suas diferenças, pois são instituições diferentes, com propósitos distintos, ainda que guardem profundas semelhanças no aspecto arquitetônico e nos procedimentos disciplinares⁸, parecem estar a serviço de um mesmo fim: o cárcere. A partir desta constatação e com o intuito de facilitar a leitura decidimos enquadrar tanto as unidades prisionais, quanto as unidades de internação sob o mesmo termo: *território do cárcere legal*, pois assim acreditamos estar enfocando as suas principais características, a privação de liberdade e a clausura impostas pelo Estado.

Entretanto o território do cárcere não ocorre apenas nas unidades prisionais e nas unidades de internação. As favelas, hoje em dia, como já demonstramos, se encontram dominadas pelo narcotráfico e, desta forma, a população das favelas se encontra submetida ao poder narcotraficante. Há ainda os casos de algumas favelas que não contam com a presença de traficantes devido a atuação das “milícias”⁹, contudo estes também atuam de maneira violenta e cobram taxas aos moradores pela suposta segurança que oferecem. Neste sentido entendemos as favelas como territórios plenamente envolvidos por relações de poder, por disputas de poder, em que os moradores têm pouca, ou nenhuma, força de enfrentamento, se tornando assim *territórios do cárcere ilegal*. E poderíamos ainda sugerir a difusão de *territórios do*

⁸ Em estudo anterior (VASCONCELOS, 2007), que serve como base e inspiração para o presente trabalho, foram realizadas duas visitas, com autorização da Justiça, às unidades de internação Instituto Padre Severino (IPS) e a Escola João Luís Alves (EJLA). O primeiro, O IPS, diferente do que muitos acreditam, em função dos diversos casos de rebeliões e tragédias que lá ocorreram, não é mais uma efetiva unidade de internação; mas uma unidade de acautelamento. Isto significa que o menor ao ser detido pela força policial e passar por processo de triagem, aguarda nesta unidade pela audiência com o juiz, permanecendo naquele local por no máximo 45 (quarenta e cinco) dias. Já na EJLA, que recebe jovens vindos de todos os municípios fluminenses, o jovem permanece por, no mínimo, 6 (seis) meses. Nestas unidades foi possível conhecer as dependências internas e realizar entrevistas com a equipe técnica e com alguns jovens.

⁹ Os milicianos, como são conhecidos, são grupos de PMs ou ex-PMs, bombeiros ou ex-bombeiros que formam grupos armados e disputam o controle das favelas com os traficantes de drogas. Eles não permitem a venda e o consumo de entorpecentes, assim como a prática de qualquer delito em troca do pagamento de taxas e do controle da venda de alguns produtos aos moradores, como gás.

*cárcere consentido*¹⁰, como no caso dos condomínios exclusivos, simbolizando a auto-segregação da cidade (SOUZA, 2006).

Portanto podemos perceber que tanto nas instituições totais, quanto nas favelas, emergem territórios em que se delineiam formas de encarceramento: de um lado os presos que cumprem pena e os jovens a medida socioeducativa, de outro lado a população favelada que vive “confinada” sob ameaças e constantes tiroteios, sem nos esquecermos dos moradores dos condomínios exclusivos que se encarceram por vontade própria em busca de uma maior sensação de segurança.

Evidentemente estamos nos referindo a processos com relevantes diferenças, conquanto guardem como traço comum a violência. O território do cárcere legal está baseado em aparatos jurídicos que prevêm a sua existência e a sua utilização, segundo as legislações vigentes. Logo podemos afirmar que se trata de um cárcere institucionalizado, garantido por lei, ainda que esta prática esteja sendo cada vez mais rejeitada, vista como ineficaz às reais necessidades sociais de “re-inserção”. Já os territórios do cárcere ilegal simbolizam a formação de territórios cujo controle é exercido por forças ilegais, que, atualmente, exercem seu poder por meios violentos, como ameaças, execuções e mutilações, causando a proliferação do medo nas pessoas que são submetidas a esta situação. Concomitantemente, a sociedade busca formas de se proteger de situações em que possa se encontrar “encarcerada” pelos grupos ilegais e uma destas alternativas, buscadas principalmente pelas classes mais abastadas, consiste no anseio por uma maior sensação de segurança, simbolizando um “desejo” por um terceiro tipo de cárcere, aquele oferecido pelos “condomínios exclusivos”. Mais a frente analisaremos com maior minúcia os três tipos de cárcere aqui apenas citados.

É importante nesse momento, que direcionemos nossa atenção às unidades de enclausuramento, nos mecanismos e instituições de “exclusão social”, de enclausuramento, que, segundo Foucault (2003), formam a chamada sociedade

¹⁰ Não é nossa intenção a abordagem dos diferentes territórios como se estes fossem agentes de sua própria condição. Nosso intuito é simplesmente demonstrar diferentes construções territoriais que se produzem a partir das práticas espaciais (territoriais) desenvolvidas pelos reais agentes humanos, oferecendo uma diversidade territorial bastante rica para o nosso estudo.

disciplinar. Fortalecidos a partir do século XIX, os mecanismos e instituições disciplinares sucederam a invisibilidade das masmorras medievais e deram início ao “iluminismo” panóptico da vigilância onipresente (HAESBAERT, 2007). Com relação à reclusão do século XIX, pode-se dizer que “é uma combinação de controle moral e social, nascido na Inglaterra, com a instituição propriamente francesa e estatal da reclusão em um local, em um edifício, em uma instituição, em uma arquitetura.” (FOUCAULT, 2003. p. 112). O mesmo autor distinguiu duas diferentes modalidades de reclusão, ou como prefere Haesbaert (2007) de “fechamento relativo”: a reclusão do século XVIII, “que exclui os indivíduos do círculo social”, caracterizando a reclusão por exclusão; e a reclusão do século XIX, “que tem por função ligar os indivíduos aos aparelhos de produção [fábricas], formação [escolas], reformatório [hospitais], ou correção de produtores [prisões]. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão.”, uma reclusão de “fixação” ou de “sequestro” (FOUCAULT, 2003. p. 114). Pensando essas instituições do século XIX, Foucault (2003. p. 114) assegura que

Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma.

Quando fazemos referência a estas instituições estamos, automaticamente, nos remetendo aos espaços que tem como ponto central a noção de disciplina. Os espaços disciplinares, segundo Foucault, marcam a busca pela construção dos “corpos dóceis”, em que durante a época clássica seria fácil encontrarmos “sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.” (FOUCAULT, 2004. p. 117). Desta forma, os espaços disciplinares são os redutos que permitem a utilização dos métodos disciplinares, ou seja, toda a “anatomia política” praticada sobre o corpo, em que o corpo humano entra numa “maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2004. p. 119), tem como princípio básico a preparação e utilização de uma matriz espacial, fazendo com o que espaço e disciplina se tornem “parceiros”, peças de uma mesma engrenagem no fito

de modelar o corpo humano. Como mostraremos mais a frente, é justamente o abandono dos suplícios (a ação direta sobre o corpo) e a descoberta do espaço, juntamente com a disciplina, como um elemento fundamental para a transformação humana que colaborou para a “metamorfose” do espaço disciplinar em território de contestação, de resistência, ou mais precisamente, de reação ao poder legal praticado, muitas vezes de maneira violenta e autoritária, nos presídios e unidades de internação para jovens infratores.

Pensando as instituições totais em contextos mais amplos, percebemos que nos dias atuais, em que vigora o Estado de Exceção, proposto por Agamben (2007), cujas regras de exceção acabam por se tornarem as normas vigentes, se observa uma inédita incapacidade de controle, em todas as dimensões. Desta forma, segundo Agamben (2007. p. 39)

O estado exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica.

Haesbaert (2007a) nos diz que esta é “a época em que começamos a perder o poder sobre a vida (e banalizamos a morte), a época em que prolifera todo tipo de risco e de insegurança, e a época em que vigora o descontrole – inclusive dos territórios.” A atualidade é o período da inseparabilidade do “dentro e do fora, do móvel e do imóvel, onde as fronteiras territoriais “de soberania” nunca foram, ao mesmo tempo, tão fechadas e tão vulneráveis.” (p. 11), colocando em crise a chamada sociedade disciplinar. Segundo esse mesmo autor,

Talvez o que seja novo, na atualidade, seja a maior diversidade, a multiplicidade de combinações dos processos de relativo fechamento, bem como sua relação com processos crescentes de precarização social, evidenciando nesta dinâmica a complexidade do papel do espaço e, de maneira mais estrita, do território. Neste sentido, é imprescindível destacar que os processos de relativo fechamento territorial ocorrem paralela, ou melhor, intimamente associados com os processos excludentes que caracterizam a versatilidade e incrível mobilidade do chamado capitalismo de acumulação flexível. (HAESBAERT, 2007. p. 7)

Se, por um lado, se intensifica a chamada “multiterritorialidade”, em que se experimentam múltiplos territórios, enfatizando aspectos como mobilidade e fluidez, por outro lado, se instaura uma “precarização” da territorial, marcada pela instável mobilidade e pelo relativo enclausuramento (HAESBAERT, 2007). A ideia a que estamos fazendo referência não corresponde à reclusão completa nas instituições totais, mas ao fenômeno da “contenção” (“fechamento parcial”) de fluxos, da circulação, especialmente de pessoas, em geral entre aquelas de condição social mais precarizada. (HAESBAERT, 2007).

Ao focar a contenção territorial temos em mente a situação das favelas cariocas, dominadas por grupos narcotraficantes que submetem os moradores a situações de precariedade territorial, que não pode ser diretamente vinculada ao processo de desterritorialização, mas deve ser visto pelo ângulo de uma territorialização precarizada. Portanto,

Apesar da expressão territorialização precária sugerir fragilização e desenraizamento, ou seja, falta de “marcas” territoriais claras, ela aparece frequentemente na forma de territórios relativamente fechados ou de enclausuramentos temporários – fechamentos estes, contudo, comandados mais de fora para dentro, seja pelos principais responsáveis pela formalização do *apartheid*, da separação, como o próprio Estado e os grupos dominantes, seja através de grupos para-estatais que impõem a contenção temporária e o controle seletivo da mobilidade, fortalecendo-se na ligação em rede com outros territórios [...]. (HAESBAERT, 2007. p. 11)

De um lado, do ponto de vista econômico, podemos afirmar a existência de uma estratégia de contenção territorial das elites, configurando os chamados territórios do cárcere consentido, em que o fechamento se transforma em uma forma de correlação dinâmica próprio do sistema capitalista, e, por outro lado, há a contenção territorial que diz respeito “ao controle de populações precarizadas ou ‘excluídas’ que ‘necessitam’ ser mantidas à parte, principalmente em nome da “segurança” e do “bem-estar” dos grupos sociais mais privilegiados.” (HAESBAERT, 2007. p. 14).

No primeiro caso, consideramos o resguardo dos direitos dos “condôminos”, através de mecanismos básicos de territorialização, ou seja, de manutenção do controle, da mobilidade, da circulação e do bem-estar territorial, materializando um

enclausuramento “desejado” com uma relativa autarquia. Portanto trata-se, de fato, de um enclausuramento numa determinada escala ou para determinados grupos sociais, possibilitando que as classes abastadas se articulem através dos mais variados meios de comunicação oferecidos pelas inovações tecnológicas, potencializadoras de uma intensa mobilidade (HAESBAERT, 2007). Evidentemente este “auto-fechamento” é crescentemente estimulado pelo medo provocado pela sensação de insegurança predominante na cidade do Rio de Janeiro. A busca por seguras “fortalezas habitacionais” é indubitavelmente perseguida por classes sociais que não mais acreditam na segurança pública e que enxergam no espaço público, como veremos mais adiante, a imagem do perigo.

Já no segundo caso, a estratégia de contenção territorial está diretamente relacionada à população pobre. Trata-se, segundo Haesbaert (2007), da contenção em sentido estrito, uma vez que ela se desdobra paralelamente ao processo de precarização das condições territoriais de sobrevivência dessa população, “tanto no sentido do domínio (mais concreto) que podem exercer na construção (e manutenção) de seus territórios, quanto no dos elos territoriais de identificação e/ou apropriação simbólica.” (p. 22).

Estes dois casos de contenção territorial permitem que analisemos a cidade do Rio de Janeiro a partir de uma mesma lógica de contenção, em que, vigorando o poder econômico das classes mais ricas, se legitimam as diferentes geometrias do poder. Em outras palavras: os diferentes graus de acesso à mobilidade e à experiência (no sentido lefebvriano) do/no espaço são definidos pelos indivíduos que controlam os fluxos financeiros, restando aos “controlados” (ou hegemonzados, como nos diz Milton Santos) as migalhas de uma instável mobilidade e de uma precária territorialidade.

Paralelamente à esta análise territorial, acreditamos estar lidando, também, nos espaços de clausura, não apenas nas instituições totais, mas também nos espaços enclausurados das favelas, com a conformação de espaços identitários, espaços afetivos, isto é, com lugares.

Com relação às favelas, inicialmente, é comum encontrarmos o medo no semblante das pessoas, o que faria sugerir, num primeiro instante, estarmos diante de espaços “vazios” de “cor”, de “sentido”, de “vida”. Os constantes conflitos armados entre traficantes e policiais, ou entre traficantes rivais, as dificuldades de se habitar em locais com precárias condições de infra-estrutura faz com que a insegurança permaneça fortemente vinculada ao cotidiano daquelas pessoas. Ao pensarmos as favelas cariocas é inevitável não fazermos menção às facções criminosas que territorializam a maioria destas comunidades. Como bem sabemos, o seu poder não se restringe aos limites da favela, mas está disseminado por todas as partes da cidade, inclusive nos locais de exercício do poder legal, como nas unidades prisionais e nas unidades de internação para jovens infratores controladas – pelo menos teoricamente – pelo Estado. Nas unidades prisionais e de internação da cidade do Rio de Janeiro o poder narcotraficante se faz presente como nas favelas, uma vez que as unidades são divididas de acordo com a filiação criminosa do sujeito sob custódia. Destarte estes locais se tornam imbricados campos de disputa de poder, tanto entre as diferentes facções – que vez por outra entram em conflito corporal – quanto entre estas e o Estado, que tenta fazer prevalecer sua autoridade.

Soma-se a este cenário a formação de lugares nas unidades prisionais e de internação através da atribuição de símbolos, valores e marcos identitários por parte da população reclusa. Estes quando são colocados em posição de clausura estabelecem um relacionamento direto com a sua cela ou dormitório, transformando este local de recondicionamento em um lugar de convivência, lugar este que é cabalmente utilizado para a difusão dos valores e das ideias do narcotráfico, já que está em intenso contato com informações associadas ao crime no espaço exterior. De maneira semelhante este processo também pode ser observado nas favelas, em que a população comum atribui sentimentos de afeição por sua comunidade e, conseqüentemente, por seu lugar. Ainda que seja bastante coagida pelo poder criminoso dominante, a população das favelas proporciona movimentos de resistência e/ou de oposição ao narcotráfico.

Com base em toda esta exposição acerca dos relevantes valores imateriais (simbólicos) conferidos aos espaços das unidades, percebemos que apenas o conceito

de território deixaria lacunas importantes em nosso estudo, tendo em vista os objetivos previamente propostos. Neste sentido, abrimos caminho para a introdução do conceito de lugar. Este conceito, “considerado por muito tempo como um dos mais problemáticos da Geografia”, mas, que vem ganhando importância “recentemente, como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo.”, pois “o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores.” (Ferreira, 2000. p. 65). Ou seja, “o lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno exigindo um esforço analítico muito grande, que tente abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica.” (CARLOS, 1996. p. 26).

Prosseguindo com Carlos (1996. p. 31) afirmamos que “hoje percebemos que cada vez mais nos distanciamos da idéia de lugar como um ponto de localização dos fenômenos, isto é, um ponto no mapa, visto apenas enquanto situação determinada por coordenadas de traçado geográfico.”

Já situamos o leitor sobre o que entendemos por lugar, desta forma, então, tentaremos explicitar de que forma este conceito é também um veículo difusor da ordem social, que proporciona o diálogo entre o ambiente interno e o externo.

Em primeiro lugar devemos ter em mente que a “análise do lugar envolve a idéia de construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória [...]” (CARLOS, 1996. p. 30). Portanto os espaços observados nas unidades de internação, mais especificamente aqueles em que o jovem possui uma relação direta e, de certa forma, de interdependência, foram e são (re)constituídos pelas relações socioespaciais que se delineiam sob a égide da ordem social dominante em permanente interação com a ordem “local” - institucional. Congruente a este raciocínio, Carlos (1996. p. 30) expõe que “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos.”, permitindo-nos considerar os lugares construídos como

prenhes de simbolismos, em outras palavras, como um verdadeiro “arquipélago” de lugares interconectados em um devir constante, que se refazem – em conteúdo, mantendo a sua forma – incessantemente. O que propomos aqui é o entendimento desses lugares como espaços que transformam seu conteúdo imaterial de maneira ininterrupta, pois a diversidade de informações, em sentido amplo (englobando valores, símbolos, imagens), é bastante diversa, fruto das inter-relações estabelecidas entre os diversos jovens que “se hospedam” nas unidades.

Neste sentido, somos encaminhados a pensar que a construção dos lugares é, não apenas em função da própria dinâmica interna da unidade, impondo estreitas maneiras de relacionamento (inter)socioespacial, mas de um cenário político-simbólico, historicamente contextualizado, que se desenha em horizontes bem mais amplos e/ou distantes. “Nesse sentido o lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isto só pode ser entendido se se transcende a idéia do lugar enquanto fato isolado – o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante” (CARLOS, 1996. p. 31), e que “não se trata de fazer conexões ritualísticas com o ‘sistema mais amplo’ [...] e sim de que há relações reais com conteúdo real – econômico, político e cultural – entre qualquer local e o mundo mais amplo em que esse local se situa.” (MASSEY, 2000. p. 184), assinalando que, assim como as territorialidades anteriormente mencionadas, os lugares se constituem, valorizados em suas especificidades, na relação do local à ordem “superior”. O lugar não está estático, pois “se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos.” (MASSEY, 2000. p. 184). Massey sugere que, talvez, baseado nesse intenso processo de (re)construção (e de re-valorização, acrescentaríamos) do lugar, este também pudesse ser vistos enquanto processos. Esta visão nos agrada, pois, com base em nosso objeto empírico, temos a sensação de que aqueles lugares nunca estão totalmente definidos, como uma obra concluída, mas estão sempre se re-fazendo, se reconstruindo em conteúdo, valores e, sobretudo, em vida. Massey (2008) é ainda mais profunda quando escreve que não existem pontos fixos na superfície terrestre, sugerindo que todas as coisas, desde as formas naturais

até os objetos, e todos os seres vivos estão em constante movimento, em que espaço e tempo, conjuntamente, estão em constante devir e inexoravelmente “construindo” sempre um novo “aqui”, ou seja, um novo lugar. Desta forma, “o ‘aqui’ é nada mais (e nada menos) do que o nosso encontro e o que é feito dele. É, irremediavelmente, aqui e agora. Não será o mesmo ‘aqui’ quando não for mais agora.” (p. 201). O posicionamento de Massey (2000; 2008) nos deixa bem claro a importância de analisarmos o lugar – ou o espaço de uma maneira geral – levando em consideração o movimento que lhe confere sentido, o que só pode ser possível através do método dialético e da observação transescalar dos processos correlatos, afinal o “aqui” é “onde as sucessões de encontros, as acumulações das tramas e encontros formam uma história.” (MASSEY, 2008. p. 201).

Observamos o lugar, a exemplo de Carlos (1996), como mais um componente essencial da era das redes, anunciadas com virulência na atualidade. Contudo, os lugares aqui analisados primam por uma peculiaridade: são locais construídos dentro de um ambiente de reclusão, onde as correlações externas são, de certa forma, filtrados, mas que, todavia, não impede que correlações multiescalares socioespaciais sejam desenvolvidas. Os lugares de reclusão ao se relacionarem com o “movimento socioespacial externo” trazem para o seu interior conteúdos de valores sociais que, ao se reproduzirem na escala da unidade por grupos de indivíduos de diferentes situações e origens, transmitem, ao mundo visível, o imaginário criado nas rotinas criminosas em que grande parte destes jovens está inserida.

Relacionado a este aspecto dialético, podemos afirmar que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” (SANTOS, 2006. p. 339). Ademais, segundo Massey (2000. p. 184),

Os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisão demarcatória. As fronteiras podem ser necessárias [em nosso caso são legalmente impostas, mas, de forma alguma, servem de obstáculo intransponível ao processo que estamos analisando, como pretendemos expor], por exemplo, [...] mas elas não são necessárias para a compreensão do lugar em si. A definição, nesse sentido, não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior; ela pode vir, em parte, precisamente por meio da particularidade da ligação com aquele ‘exterior’ que, portanto, faz parte do que constitui o lugar.

Não podemos inferir que os limites murados da instituição impeçam a criação e o estabelecimento de relações sociais “inter-muros”. Com isso, pensamos, assim como Massey (2000. p. 184) que

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, *mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular.* [...]. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento do lugar em si, seja uma rua, uma região, ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (grifo nosso)

È desta forma que conseguimos pensar numa possível identidade do lugar (de reclusão). Carlos (1996. p. 28) afirma que “repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é, de sua situação específica.”, nos mostrando que a identidade de qualquer lugar, inclusive os de reclusão, hoje em dia, tem de ser analisada em contextos bastante amplos. Nas unidades de internação, as relações sociais, as relações de pertencimento, tão comuns no dia-a-dia, são construídas de forma normativa, sob fins impositivos e, dessa forma, a produção de sentido daquele tipo de vida – tipo de vida recluso – é carregada de intenso sentimento de angústia e medo, o que, por conseguinte, geralmente resulta em modos de viver pautados pela violência. Assim, a identidade do lugar de reclusão não se constrói dentro das rígidas fronteiras demarcadas, mas pela correspondência, inerente ao momento da globalização, multiescalar de informações, dados e valores (simbólico-culturais, sobretudo em nosso caso) que caracteriza a sociedade contemporânea e que não deixa escapar as unidades prisionais.

Antes de construirmos uma análise teórica acerca da recíproca relação entre as instituições totais e a favela é de vital relevância discutirmos o conceito de escala, que

está diretamente envolvido nesse relacionamento e que permite uma compreensão ampliada do processo em tela.

2.2.

Escala: definindo um horizonte teórico

O conceito de escala vem ensejando bastantes discussões no seio da ciência geográfica. Pensando nas atuais modificações do paradigma científico, Castro (2006) coloca a questão escalar como um ponto que vem adquirindo bastante centralidade, já que é “cada vez mais evidente que a escala é um problema não apenas dimensional, mas também, e profundamente, fenomenal, o que implica importantes consequências no desenvolvimento mesmo da ciência moderna.” (p. 130). Assim a temática escalar não está restrita ao certame geográfico-cartográfico, sendo também relevante no desdobramento de questões metodológicas em outras matrizes científicas, especialmente a partir das descobertas dos microfenômenos na física, na termodinâmica e na biologia (CASTRO, 2006). Observemos com um pouco mais de atenção a forma como escala e geografia vem se relacionando.

Nos dias atuais o debate acerca deste conceito vem, constantemente, se referindo ao intenso e sofisticado processo de globalização. Pessoas, mercadorias, informações, capitais circulam pelo planeta nas mais diversas escalas, desde a local até a global. Ainda sob este ponto de vista a escala global ganha prevalência sobre a local, uma vez que esta última ganha contornos de retrógrada, atrasada, quase que como um obstáculo a ser rotineiramente transposto, enquanto a primeira se torna representante do novo, do dinamismo tecnológico, do “fascinante” processo de transnacionalização econômico-financeiro (BRENNER, 2001; MOORE, 2008). Quando González (2005. p. 2) afirma que “o debate acadêmico sobre a globalização aponta para fato de que o fenômeno da internacionalização do capital transforma profundamente a forma como que concebemos o espaço.”, ela está nos demonstrando que apesar da atualidade parecer conviver num espaço global (fluido, “multiexperimentado”, “a-localizado”), estamos ainda bastante conectados com o espaço local, com o espaço que nos é palpável, com o espaço em que desenvolvemos

nossas experiências cotidianas. Espaço este que vem sendo, gradativamente, vivenciado de uma maneira diversa, posto que

A generalização da internet e outras tecnologias da informação tem contribuído para a criação de um ‘ciberespaço desmaterializado’ [...]. Não se pode perder de vista, entretanto, que este novo capitalismo não é a-espacial, senão o contrário. O capital, por mais móvel, fluido ou volátil que seja não pode viver se reproduzindo em abstrato [...]. (GONZÁLEZ, 2005. p. 2).

É válido ressaltar a lembrança feita por Moore (2008) de que a “enxurrada” de discussões sobre o conceito de escala revelou uma série de imprecisões e confusões teóricas acerca deste conceito, confusão essa muito em função de uma clara indistinção entre escala como categoria da prática e como categoria de análise, contudo “possivelmente o único ponto em que os geógrafos estão de acordo é de que a escala não é uma categoria fixa ou dada, mas socialmente construída, fluxa e contingente.” (MOORE, 2008. p. 204).

Destarte é possível perceber que o conceito de escala, a despeito da discussão sobre a premência da escala global ou local, está, nos dias atuais, pelo menos no viés da geografia crítica, diretamente vinculada a uma visão processual, dinâmica, de contestação sociopolítica, distante da visão euclidiana, tradicional de escala como algo estático, limitado, fixo, pré-dado (BRENNER, 2001). Assim “uma vez que nos distanciamos dos discursos de confrontação ou relação entre o global e o local, aparece diante de nós um panorama mais complexo e livre em que mais do que conceitos como ‘local’ ou ‘global’, nos utilizamos de conceitos mais amplos e abertos como ‘espaço’ ou ‘lugar.’” (GONZÁLEZ, 2005. p. 3). Partindo deste ponto podemos afirmar que a escala “não é simplesmente um fato externo esperando ser descoberto, mas uma forma de construir concepções de realidade” (DELANEY e LEITNER, 1997 *apud* MOORE, 2008. p. 205). Não é de outra maneira que devemos estar bastante atentos ao aspecto dinâmico, plural abrangido pelas escalas, uma vez que o “entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos.” (VAINER, 2001. p. 146).

O conceito de escala nos é bastante precioso justamente porque é ele que nos permite revelar como são articulados os elos simbólicos e sociopolíticos estabelecidos entre as unidades de internação e de prisão e as favelas. Sabendo que a escala não pode ser tomada como dado, mas, sim, como um instrumento de análise a ser política e socialmente construído (MOORE, 2008), entendemos que as facções narcotraficantes participam desse circuito como agentes difusores de símbolos, valores e ideologias por todo o espaço carioca, tendo como seu centro difusor e mantenedor principal a favela e como seu local de reprodução e legitimação, as unidades. Essa interação transescalar do narcotráfico carioca nos faz pensar nos contextos supralocais em que está situado e que tem participação decisiva, não se restringindo apenas ao estado do Rio de Janeiro ou a região sudeste. A constatação dessa realidade narcopolítica transescalar de influência é corroborada pelo crescente índice de compra e venda de entorpecentes e armas, assim como pelo aliciamento, cada vez mais comum, de diferentes sujeitos, de diversas nacionalidades, que integram as facções durante o comércio internacional de drogas.

Por fim é válido fazermos um alerta com base na constatação proclamada por Moore (2008) – escalas são socialmente construídas e contingentes. A escolha de uma escala, por parte do pesquisador, tendo em vista a observação de algum fenômeno socioespacial, não deve ser feita *a priori* sob o risco de se tornar “refém” da escala adotada e, principalmente, devemos ter bastante clara a diferença entre escala como uma categoria analítica e como categoria da prática. Moore (2008), baseado em críticas de outros autores, reconhece essa perigosa confusão ao afirmar que o real problema da escala é “*accounts of geographical of scale – especially those in the political-economic tradition – are flawed by unreflexive conflation of scale as an everyday category of practice with their treatment of scale as a substantial category of analysis.*”¹¹ (p. 207). Portanto somos chamados a perceber o grande risco que é tomar uma escala como um dado ontológico, uma entidade previamente definida, em que os fenômenos estariam contidos, cabendo ao pesquisador apenas selecionar sobre que escala o seu fenômeno de análise se encontraria. O pós-estruturalismo

¹¹ “Considerações em geografia escalar – especialmente na tradição político-econômica – são falhas pela reunião acrítica de escalas como uma categoria de prática cotidiana com tratamento de uma categoria de substancial de análise.” (Tradução livre).

impossibilitou a continuidade dessa visão reificada da escala, contudo sua crítica, baseada numa linguagem construtivista e na argumentação essencialista, segundo Moore (2008), permaneceu incompleta. Os geógrafos humanos, nas palavras de Moore (2008. p. 208), “*have responded to the social constructivist challenge in academia by stressing that scales too are not given, but contingent, contested social constructs that are continually being made and remade.*”¹². Somam-se a este alerta as palavras de Souza (2006. p. 555), que pensando numa gestão mais democrática do espaço urbano e na escolha das escalas de intervenção pública, assevera que “se as articulações políticas interescalares não de ser livres, e esperável é que sejam variadas e complexas, seria, por definição, contraditório concluir, a priori, que tal ou qual escala seria ‘privilegiada’ – seja para privilegiar o local em detrimento do supralocal, seja, inversamente, para privilegiar o supralocal em detrimento local.”

¹² "Responderam ao desafio social construtivista da academia, sublinhando que as escalas não são dadas, mas contingentes, construtos sociais de contestação que estão continuamente sendo feitos e refeitos." (Tradução livre).